



Bloquear a Ascensão Fascista Representada por Serra

A eleição presidencial do segundo turno no Brasil representa um momento muito difícil para o povo brasileiro. As candidaturas de Dilma e Serra se apresentam como opostas e impedem, assim, a realização de um debate massivo sobre o verdadeiro significado do que cada um representa. Exemplo disso é que ambos têm feito discursos contrários às privatizações, enquanto que na prática esta foi uma das principais políticas, tanto do governo FHC quanto do governo Lula.

Na realidade, tudo aquilo que é estratégico para termos soberania nacional foi e continua sendo vendido a preço de banana para o capital internacional. O Programa Nacional de Desestatização (PND), iniciado pelo presidente Collor de Mello e levado adiante pelo governo de Fernando Henrique, vendeu 68 empresas do Estado Brasileiro e deixou o país sem seus principais patrimônios, como a USIMINAS, a Companhia Vale do Rio Doce; a Telebrás e a Embraer.

Com a chegada de Lula ao governo, esperava-se o fim das privatizações. Contudo, este governo não apenas deu continuidade a elas, como teve muito mais facilidade de aprová-las por não ter mais a oposição que o PT fazia no passado. O governo Lula privatizou cerca de 2,6 mil quilômetros de rodovias federais, bancos, hidrelétricas, poços de petróleo, florestas, serviços públicos e direitos essenciais, como parte da saúde e da educação. Além disso, estabeleceu parcerias-público-privado, nas quais o Estado investe em determinada obra, conjuntamente com o setor privado, e depois deixa que este último lucre mais com a exploração da obra e dos serviços prestados.

As desculpas para as privatizações sempre foram a necessidade de o Brasil pagar sua dívida, para melhorar os serviços e acabar com as despesas que as estatais causavam ao governo, mas tudo nunca passou de falácia. As privatizações no governo de FHC geraram apenas US\$ 78,61 bilhões de receita e os serviços tem piorado. Enquanto que a dívida “pública” do Brasil que era de US\$ 60 bilhões em 1994, saltou para 245 bilhões em 1998. Enfim, a dívida aumentou e o Estado não possui mais importantes patrimônios que lhe geravam renda. Não bastasse isso, as privatizações foram e têm sido verdadeiros atos de corrupção para favorecer a burguesia.

O governo Lula, por sua vez, diz que o Brasil pagou a dívida externa. Outra grande mentira. O Brasil deixou de dever ao FMI para dever àqueles que adquiriram os títulos da dívida externa e “interna”. Nos anos do Governo FHC e durante todo o Governo Lula houve uma conversão da dívida externa em dívida interna, (em oito anos da administração do presidente Lula, subiu 94%, herdando do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso R\$ 892,1 bilhões, e com uma estimativa de chegar à R\$ 1,6 trilhão, no final de 2010). O ganho dos estrangeiros que investiram em títulos da dívida interna alcançou 50% em 2009. Só em 2008 o pagamento de juros e amortizações da dívida (interna e externa) consumiu R\$282 bilhões, que equivaleram a 30,57% do Orçamento da União. Atualmente, a dívida interna está totalizando R\$1,519 trilhão e a dívida externa em R\$ 94,85 bilhões. Assim, o Brasil tem ficado completamente dependente dos donos dos títulos da dívida, a quem deve pagar juros diariamente. As pressões aumentam em período eleitoral, sabem que um governante faz de tudo para evitar moratória no final do mandato. O governo de FHC, por exemplo, chegou a pagar juros a 20% em 2002 e teve que



recorrer ao FMI. Assim, o povo brasileiro pode esperar que depois das eleições o país viverá uma profunda crise. Para amenizá-la, o futuro governo, seja Dilma ou Serra, diminuirá drasticamente os recursos voltados para os trabalhadores: diminuindo salários e cortando direitos.

Exemplo disso é a “Reforma” Tributária (PEC 233/08), originária do Governo Federal que tramita na Câmara e deve ser votada em 2011. A proposta impedirá qualquer expansão da Saúde, da Previdência e da Assistência Social. Por quê? Atualmente, a Constituição garante orçamento exclusivo para estes direitos. A “Reforma” Tributária acabará com isso e fará com que estes direitos disputem recursos no bolo do orçamento fiscal, do qual 1/3 é destinado para o pagamento da dívida.

Outro exemplo é o fim do Fator Previdenciário, aprovado pela Câmara e o Senado, mas vetado pelo Presidente Lula. O Fator foi aplicado pelo governo FHC e aumenta a exploração dos trabalhadores, obrigando-os a trabalhar mais, pois com ele foi trocado a aposentadoria por tempo de contribuição por tempo de idade. Além disso, o governo Lula lançará para o próximo governo uma nova reforma da previdência que pode vir a aumentar ainda mais a idade para aposentadoria, além de aprofundar a privatização da previdência social.

Estes são alguns dos exemplos que mostram como tanto Serra quanto Dilma defendem as políticas que mais interessam à burguesia. Essa igualdade entre eles não está posta em suas propagandas, que tem explorado aspectos secundários da vida política econômica e social nacional. Nosso entendimento é que existem diferenças pontuais que determinam a necessidade de um posicionamento claro frente ao segundo turno destas eleições.

Uma vitória da aliança PSDB-DEM representaria a vitória da direita radical e do mais truculento estilo de dominação. Consubstanciaria o retorno à Presidência da representação política da fração mais extremista do capital financeiro (a direita fascista) na hostilidade aos trabalhadores e ao povo, ligada ao intervencionismo estadunidense em âmbito mundial e à cruzada imperialista contra os povos latino-americanos, especialmente contra a Venezuela, a Bolívia, o Equador, a insurgência colombiana e a Cuba. O campo PSDB-DEM está integrado à onda reacionária e golpista que está se rearticulando no continente.

Nesta conjuntura, na qual a crise estrutural do capital atinge um ponto em que as nações imperialistas e as economias mais desenvolvidas do planeta não conseguem mais governar para os ricos e garantir, ao mesmo tempo, os direitos sociais para os trabalhadores, rapidamente se organiza uma ofensiva européia e internacional contra a classe trabalhadora. Tal ofensiva retira direitos sociais e, ao mesmo tempo, criminaliza os movimentos sociais. Se na Europa a França, a Grécia, Espanha e Portugal entre outros lideram a retirada de direitos sociais (aumento da idade mínima para aposentadoria, cortes salariais, precarização das condições de trabalho) no continente americano os Estados Unidos tem apoiado e organizado ofensivas golpistas em todo o continente (Venezuela em 2002, Bolívia em 2008, Paraguai em 2009, e Equador em 2010). Em Honduras (2009) as forças golpistas tiveram todo o apoio econômico e político do Comando Militar estadunidense e até hoje mantém a ilegalidade golpista com o atual presidente (Porfirio Lobo). Não temos dúvida da subserviência da candidatura Serra e dos setores reacionários da oligarquia brasileira aos interesses golpistas do Império lanque tem conseqüências negativas para as conquistas democráticas em nosso continente.



CCLCP Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes

Diante desse quadro, é preciso agir com senso prático para derrotar José Serra. Trata-se de barrar o risco de uma fascistização acelerada do processo político e a pior ameaça atual aos interesses e liberdades populares. Para tanto, é necessário derrotar os segmentos mais reacionários do país e buscar abrir caminho para a edificação de uma proposta política mais avançada para o povo brasileiro.

Tal posição implica agora no voto em Dilma Roussef. Isto não representa apoio, nem mesmo crítico, mas uma conseqüência política da necessidade de derrotar a onda fascista que está unificando os setores reacionários e conservadores da sociedade brasileira em torno da candidatura Serra. Não podemos semear ilusões quanto ao caráter e o conteúdo político da vitória de Dilma, neste momento político eleitoral, polarizado entre duas candidaturas da ordem, é necessário definir o lado oposto ao inimigo mais ofensivo à classe trabalhadora. Nosso engajamento neste segundo turno tem como objetivo aglutinar as forças populares e democráticas no embate contra a ascensão fascista, representada pela candidatura de José Serra. Do ponto de vista das atuais regras eleitorais, a medida mais adequada a este objetivo é o voto em Dilma. Ao mesmo tempo, preservamos nossa independência diante de todos os setores conservadores, mantemos nossas críticas ao atual bloco governante; e, sobretudo, reforçaremos nossos esforços para organizar e mobilizar o conjunto dos trabalhadores em torno das reivindicações populares que defendemos durante o primeiro turno e da estratégia socialista.

Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes
22 de Outubro de 2010